*Comunicação & Cultura*, n.º 10, 2010, pp. 101-114

# O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos:

## celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna

**MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO ***

> Virá tempo, e não será muito tarde, em que nós entremos no número de todos os Santos, e também será nosso este dia. Agora celebramos, e depois seremos celebrados.[1]
>
> ANTÓNIO VIEIRA, «Sermão de Todos os Santos»

À semelhança de outras instituições, conventos, sés, colegiadas, igrejas paroquiais, ordens terceiras e outras confrarias, as Misericórdias esmeraram-se, ao longo da idade moderna, na realização de cerimónias grandiosas para celebrar a morte, fazendo corresponder esse investimento ao lugar que esta ocupava no reino dos vivos.

Apesar de terem sido erigidas pela Coroa e possuírem uma formação laica, as Misericórdias mantiveram, desde sempre, uma forte ligação à Igreja. Nascidas num contexto de profunda mudança religiosa, as Santas Casas não apenas ficaram marcadas por essa realidade, como estabeleceram relações estreitas com a Igreja, desde logo associadas à assistência que faziam a vivos e mortos. Foi, todavia, o cumprimento das sétimas obras de misericórdia, corporal e espiritual, «enterrar os mortos» e «rezar pelos vivos e defuntos», que as levou a interagir mais frequentemente com a Igreja Católica.

* Professora associada com agregação do Departamento de História da Universidade do Minho. Membro do CITCEM.

As ligações à Igreja provinham não apenas de as Misericórdias integrarem religiosos como irmãos, mas também e sobretudo da prática da assistência espiritual. Esta vertente levou as Misericórdias a contratar religiosos, quer para assistir espiritualmente os enfermos, ajudando-os a bem morrer, quer para os acompanhamentos fúnebres, quer ainda para o cumprimento de legados.

O nosso trabalho procura fazer uma análise das celebrações da morte nas Misericórdias, sob duas perspectivas: estudar as cerimónias dos enterros e analisar os mecanismos por elas accionados na procura da salvação da alma. Embora ambas estejam associadas, a sua separação fica a dever-se somente a questões metodológicas.

A presença dos mortos no mundo dos vivos ganhou muito terreno ao longo da idade moderna, afirmando-se fortemente a partir do século XVII. De tal forma a morte alcançou espaço que em algumas Misericórdias se dizia, em Seiscentos, que a assistência fúnebre constituía uma das principais obras de misericórdia, princípio, aliás, plasmado no compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1619[2].

Essa centralidade decorreu do lugar que a morte foi ganhando na vida de todos os homens e no investimento que cada um fazia para alcançar a salvação[3].

A celebração da morte encontra expressão particular nas confrarias das almas, instituições criadas com a finalidade de elevar a alma ao Paraíso, as quais proliferaram no pós-Trento. As adorações das Almas, do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora conheceram um grande incremento com esta reunião magna e granjearam muita popularidade em todos os lugares onde se implantaram[4].

Apesar de ser na confraria das almas que se encontrava o principal apoio aos mortos, pelo menos na teoria, e se visava particularmente a salvação eterna[5], todas as restantes irmandades investiram na assistência fúnebre e desenvolveram esforços para celebrar a morte.

A crença no Purgatório incentivou os homens a ingressarem nestas instituições, muito particularmente nas associações que cuidavam da salvação. Lucrava-se em vida com a pertença a um corpo com identidade e prestígio, mas sobretudo na morte, através de celebrações de imploração colectiva pela salvação dos defuntos, promovidas por estas instituições.

Com a publicação do compromisso da Misericórdia de Lisboa em 1619, o qual, como os anteriores, era enviado a todas as Santas Casas pelo rei, desde que o solicitassem, a celebração da morte passou a realizar-se num enquadramento mais complexo e aparatoso, em sintonia, aliás, com a cultura e a mentalidade da época.

Este texto compromissal da Misericórdia da capital determinava a observância de «decencia christandade e respeito» no procedimento a ter nos enterros, lembrando aos irmãos e à instituição promotora das cerimónias a compostura a manter nestes momentos. A importância que lhes era conferida era grande, devendo corresponder-lhes respeito e espírito cristão.

As Misericórdias celebraram a morte desde o começo, e a sua capacidade para realizar cerimónias dignas era inquestionável. Mesmo nas mais modestas, esta era, por vezes, a sua prática mais relevante. Grandes, pequenas ou médias, todas cuidaram de assistir os irmãos, mas também os restantes homens e mulheres, na hora da morte. O estatuto que cada um tinha nestes momentos podia ser diferente, caso fosse irmão, possuidor de bens ou pobre. Porém, este não foi o único serviço prestado aos defuntos. A instituição de legados, a comemoração dos Santos, no dia dos Fiéis de Deus e a celebração de um ofício pelos irmãos configuravam outras expressões de os mortos se fazerem presentes no quotidiano dos vivos.

Encarada como última oportunidade de aceder à eternidade, porque nela se fazia o julgamento da vida, a morte era tida por todos como um momento crucial da passagem pela terra.

Ao longo da idade moderna, as Misericórdias realizaram um investimento muito significativo no sector da assistência espiritual, concorrendo com outras instituições locais e afirmando-se como as confrarias mais poderosas da terra. Dotaram-se de templos próprios, rechearam as suas sacristias e altares de alfaias e paramentos, adquiriram mobiliário fúnebre e contrataram capelães, tantos quantos necessários para responderem às solicitações que lhes chegavam através da instituição de legados. Como, a partir de 1593, passaram a usufruir do monopólio dos enterros[6], o apetrecho de bens necessários para a realização de cerimónias dignas e aparatosas ditou a compra de alfaias e paramentos nas principais cidades do reino e mesmo no estrangeiro. Todas as Misericórdias se preocuparam com a aquisição de bens de culto, adquirindo-os onde pensavam ser mais bem servidas. Ser possuidora destes bens não era uma questão menor: significava ser autónoma de outras instituições, não necessitando, por conseguinte, de os pedir emprestados, assim vendo o seu poder e prestígio reforçados localmente. Essa posse atestava, por outro lado, o poder aquisitivo e a capacidade de a Misericórdia ser servida nos melhores mercados.

A encomenda de panos de seda e de damasco no Oriente ou a compra de madeiras no Norte da Europa ocorreu em algumas Misericórdias do reino. A procura de produtos de luxo se, por um lado, atestava o poder financeiro da instituição em questão, por outro, denunciava o investimento feito nas cerimónias religiosas, conferindo grande visibilidade ao culto dos mortos e dando destaque ao lugar que estes tinham no quotidiano dos que haveriam de morrer.

À medida que o gosto barroco se desenvolveu, as celebrações da morte complexificaram-se, tornando-se cada vez mais aparatosas e imponentes. Antes celebrações simples, os enterros ganharam maior representação nestas confrarias, dando cumprimento ao estipulado no compromisso, mas também à vontade dos defuntos e das suas famílias. A análise dos textos compromissais dos séculos XVI e XVII é muito esclarecedora acerca do entendimento que os confrades faziam destes momentos e do espaço que a morte foi ganhando nos seus rituais[7].

Os enterros eram entendidos, no compromisso de 1618, como um assunto merecedor de empenho e de muitos cuidados na sua preparação e execução. A Misericórdia de Lisboa dispunha de três tumbas, para levar à sepultura pobres, pessoas comuns e os irmãos. Estes serviços eram gratuitos para os irmãos e para os pobres, mas todos os restantes tinham de os pagar.

Os confrades eram considerados de forma distinta, sendo merecedores de atenções particulares. Com maior pompa e mais ritualizadas, estas cerimónias eram cuidadosamente preparadas, nada sendo deixado ao acaso, para que as exéquias fúnebres dos irmãos fossem reconhecidas e memoráveis. Desde a morte até à sepultura, tudo estava normalizado nos estatutos e deveria ser cumprido. O aviso da morte pela ruas, proclamando-a publicamente, bem como a hora do enterro, as tochas, as varas, os balandraus, as bandeiras[8], o lugar do capelão, da Mesa e dos irmãos, a tumba e os homens que a transportavam estavam estipulados no compromisso. Mas se estes pormenores se encontravam descritos, os enterros dos irmãos eram ainda merecedores de maiores esmeros e realizados com maior pompa. Perante a morte de um confrade, a Mesa reunia para a celebrar e determinar o procedimento para o seu enterro. Os confrades da Misericórdia tinham a obrigação de acompanhar o seu irmão defunto, juntando-se na irmandade, na hora do enterro. Era a última homenagem, num momento de grande incerteza para a alma que partira, requerendo, por conseguinte, aconchego e amparo espiritual. O momento da passagem constituía uma ocasião de medo, sendo necessário que os vivos se unissem aos mortos, numa cadeia de solidariedade espiritual em torno da salvação.

Para além da organização do desfile fúnebre em pormenor, os estatutos determinavam que cada irmão rezasse 14 vezes o padre-nosso e igual número de ave-marias, enquanto a Santa Casa mandava celebrar, no dia seguinte ao enterro, um ofício de nove lições pela alma do defunto. Igual cerimónia era preparada para as mulheres dos confrades e viúvas que se mantivessem neste estado e para os filhos que tivessem entre 18 e 25 anos[9].

Estas cerimónias de fausto e de luxo, que concediam honras aos que partiam, expressavam a hierarquização institucional, mas também o gosto barroco.



Embora este fosse o articulado, a prática nem sempre teve correspondência, e os enterros serviram de palco a conflitos e estiveram na origem de desacatos e escândalos. Nestes momentos, registavam-se casos de irmãos que não cumpriam a obrigatoriedade da presença nos acompanhamentos dos confrades, nem nos restantes enterros, originando conflitualidade internamente e escândalo fora de portas. A situação agravou-se, em Setecentos, com irmãos a faltarem sistematicamente a estes actos e as Mesas a ameaçarem, a imporem multas, a riscarem irmãos, a escalarem confrades para estas funções e, por fim, a contratarem pessoas exteriores para levar a tumba, por internamente não haver quem prestasse este serviço.

Considerada a importância que a morte ocupava no mundo dos vivos e o acompanhamento dado pelas Santas Casas aos seus membros e a parte das suas famílias, não se estranha a enorme procura que estas instituições tiveram ao longo de toda a idade moderna. Não ignoramos que outros motivos, nomeadamente a disponibilização de vários serviços, tivessem pesado no momento de decidir a entrada neste tipo de instituições; todavia, a assistência à morte no momento da passagem, mas também na concretização de vontades, através do cumprimento de legados, constituíram razões de peso. Os legados funcionavam como uma espécie de corrente que ligava os mortos aos vivos, perpetuando a sua memória.

Durante os funerais que promoviam, as Misericórdias mantinham presente um irmão de segunda condição, ou um assalariado, a agitar uma campainha que transportava numa das mãos, levando na outra um crucifixo. Esta associação conferia ao momento uma grande carga simbólica e prendia a atenção dos presentes, lembrando o caminho da cruz, mas também o momento em que todos haveriam de partir[10]. Um outro irmão transportava uma caixa de esmolas, pedindo pelas almas de todos os mortos.

As preocupações com a morte alargavam-se, nas Misericórdias, aos que padeciam por justiça. No dia dos Fiéis Defuntos, as Santas Casas faziam uma procissão até à forca, para recolher os restos mortais, enterrá-los e celebrar uma missa pelas almas dos padecentes. Tratava-se de um acto de grande simbolismo, que pretendia abranger na caridade cristã «todos na parte que for possível»[11].

Quando era conhecido o sacrifício de uma pessoa, a Misericórdia movimentava-se para acompanhar o padecente nos últimos momentos de vida, disponibilizando-lhe conforto material e espiritual. Era uma forma de alargar a sua acção a todos, especialmente numa ocasião de grande desamparo e sofrimento[12].

## A procura da salvação

A preocupação com o destino da alma levou os homens da época moderna a desenvolverem um enorme esforço de salvação, investindo tudo ou uma parte muito substancial do que possuíam para que esta alcançasse a paz eterna. A instituição de legados configurava essa preocupação e fez das Santas Casas, à semelhança de outras instituições, cumpridoras de últimas vontades.

Por vezes, nomeadamente entre os internados nos hospitais, os testamentos ou as determinações orais esclareciam com minúcia as missas, os ofícios, as confrarias acompanhantes, os altares de celebração, a mortalha, o local de sepultura, o número de sacerdotes, de pobres e a repartição dos bens. Era altura de se fazer um balanço de vida, quando se partia para local incerto, entregando-se à esperançada protecção dos santos, mas também de toda a corte celestial[13].

O uso de mortalha e a invocação que a mesma fazia não eram deixados ao acaso. A escolha era criteriosa e tinha como propósito congregar maiores benefícios para a alma. Como refere Ana Cristina Araújo, o uso do hábito religioso tornou-se «moda», ganhando grande adesão as mortalhas das ordens mendicantes[14]. Em Braga, para responder às solicitações, existia um verdadeiro mercado de mortalhas no século XVIII, constituindo uma interessante fonte de receita para alguns conventos femininos que se dedicavam à sua confecção.

Para além da mortalha, outros adereços eram considerados de grande importância neste momento: o acompanhamento do cálice, da cruz e da dalmática faziam parte de um cerimonial que se desejava recheado de componentes que podiam contribuir para a salvação[15].

O lugar de sepultamento era igualmente ponderado e escolhido. Os que o podiam escolher não hesitavam em querer o seu corpo num local de maior benefício espiritual. Quando não tinham capelas próprias dentro das igrejas, pediam para serem sepultados em locais sobre os quais recaíam maiores esperanças de salvação. A forte hierarquia existente dentro das igrejas e a limitação do espaço condicionavam as opções, mas quando se podia optar, não se poupavam esforços para congregar mais benesses para a alma.

O mesmo se diga relativamente ao templo em que se desejava a última morada. Tinha-se em atenção a representação simbólica da igreja e escolhia-se aquela onde se entendia que a alma podia ser mais sufragada e receber maior apoio.

Os pobres eram normalmente enterrados nos pátios, nos adros e, por vezes, em cemitérios situados nos quintais dos hospitais ou em outros lugares, porque não podiam pagar a sepultura dentro de um templo. Os enterros por «amor de Deus» eram desprovidos de aparato, mas não lhes faltava uma missa pela alma do falecido.



Preocupados com a salvação da alma, os homens da época moderna procuravam salvá-la, tornando-a frequentemente sua herdeira universal e servindo-se da caridade para mais depressa alcançar o reino celestial. A esmola era um meio de afirmação, um sinal que exteriorizava poder e prestígio[16].

Considerados prestigiados junto de Deus pela sua condição de vida e de sofrimento, esperava-se que as suas preces fossem atendidas e revertessem para a salvação das almas que sufragavam[17]. Teoricamente sem poder, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, facto que lhes conferia prestígio e os tornava úteis aos olhos dos ricos. Tinham como hábito rezar pelas almas dos benfeitores, agradecendo-lhes as esmolas deixadas. Por outro lado, existe um certo paralelismo entre pobres e defuntos, embora se situassem em patamares diferentes; ambos estavam dependentes e pediam, embora uns pedissem para viver e outros para alcançar o Paraíso; ambos necessitavam da intercessão de terceiros para alcançar os objectivos pretendidos e estavam despojados de bens terrenos. Desapossados de tudo, os ricos sentiam-se agora pobres perante Deus, falavam de vidas erradas, de pecados cometidos, de erros humanos, de descaminhos, enfim, das suas fraquezas. Faziam o balanço da vida no momento em que se preparavam para aguardar «julgamento». No dizer de Maria de Lurdes Rosa não se sabe «quem necessitava mais de quem»[18], porque as situações experimentadas eram, apesar de diferentes, muito semelhantes.

Para não caírem no esquecimento, utilizavam a sua herança para, com ela, conseguirem expiar os pecados. Os pobres tornavam-se seus herdeiros, numa distribuição, por vezes desigualitária da restante família. Colocava-se em primeiro lugar a salvação da alma. Nos casos em que a Santa Casa foi herdeira universal, a herança foi para os mais necessitados. A distribuição dos bens pelos pobres demonstra ainda o desprendimento dos ricos e a utilidade dos mais necessitados.

A morte fazia abeirar os ricos dos pobres, solicitando a presença destes no dia do funeral e transformando-os em seus herdeiros. Esperava-se que os pobres orassem em favor da alma do morto, e que o desprendimento e a compaixão demonstradas para com estes irmãos revertessem em desconto dos pecados dos ricos e intercedessem favoravelmente pela sua alma, no dia do Juízo Final.

A atracção de legados especialmente vocacionados para pobres estava directamente relacionada com o prestígio de que as Misericórdias gozavam localmente[19].

O acompanhamento era assunto importante, e esteve sempre presente no momento de se decidirem as últimas vontades. Nesta ocasião, o funeral ocupava um lugar de destaque e pedia-se a presença de uma ou mais confrarias, das que

se era membro ou de outras a quem se pagava a presença, de membros do clero e de pobres. Os desfiles fúnebres dos mais ricos foram ganhando expressão ao longo da idade moderna, transformando-se em manifestações barrocas de grande aparato[20].

Missas e ofícios, no dia do enterro, nos dias imediatos ou em dias determinados ao longo do ano, podiam ser celebrados, de acordo com o estipulado no compromisso e a vontade do defunto. Tudo era uma questão de poder e de querer investir na morte.

Na altura de encomendar as suas almas ao Criador, os defuntos quase nunca esqueciam as de alguns familiares mais próximos e recordavam pais, filhos, irmãos, maridos ou esposas, implorando as almas que lhes eram mais queridas, procurando contribuir para a sua paz eterna.

Os esforços eram muitos e congregavam-se para aliviar as almas sofredoras, possibilitando-lhes a transição, no momento do Juízo Final, do Purgatório para o Paraíso[21].

A crença na existência do Purgatório e a certeza de que um dia todos morreriam uniam vivos e defuntos em torno da salvação. Depois de mortos, os homens sujeitavam-se a dois julgamentos: um logo após o falecimento e outro no Juízo Final. Aguardando a ressurreição, os mortos recebiam a ajuda dos vivos para obterem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas. Só assim podiam entrar no Paraíso. Era necessário ter piedade pelas almas que sofriam no Purgatório, e a Igreja alimentava esta ideia de forma cuidadosa. Estabelecia-se uma cadeia de solidariedade entre vivos e mortos, tendo os religiosos como intermediários. A análise dos testamentos evidencia esta preocupação. Numa altura em que a morte se avizinhava, reuniam-se esforços para enfrentar e preparar a vida do Além. Solicitava-se a intercessão de todos, particularizando-se no entanto aqueles de quem mais se esperava: Virgem Maria, santos e Anjo da Guarda. Estes eram também considerados os que tinham maior poder de actuação junto do Criador.

A insegurança e o medo do Além expressavam-se no envidar dos melhores e maiores esforços junto de Deus. Como a incerteza era grande, a aposta subia ao ponto mais alto, com a «contratação» do melhor advogado. O objectivo era salvar a alma e alcançar a felicidade eterna. Desejava-se, então, formar uma cadeia de vontades que funcionasse em uníssono e a sufragasse. Os seus elos fortaleciam-se com preces, num coro que se desejava alargado e que resultava em proveitos para mortos e vivos[22].

O coro das súplicas devia manter-se firme, para que o sufragado alcançasse a paz eterna e deixasse o sofrimento em que se encontrava. Se se pedia este empenho aos vivos e aos celestiais, muito maior devia ser o do defunto, no momento da preparação da sua morte. Os testamentos relatam preocupações profundas com a salvação da alma, levando homens e mulheres a mobilizarem quase tudo ou tudo o que possuíam para este fim. Por outro lado, o investimento das suas vidas tinha, em parte, também sido feito com este objectivo. A sua integração em confrarias, por vezes em várias, objectivava a reunião de crentes que sufragassem a salvação da sua alma. Neste sentido, e com o objectivo de alimentar a crença no Purgatório, a partir de Trento, espalharam-se as confrarias que invocavam as Almas do Purgatório. Quase todas as paróquias as possuíam, existindo em alguns casos mais do que uma por freguesia, sediadas na igreja e nas capelas[23].

## A festa dos mortos

Todas as Misericórdias celebravam os mortos com uma festa fúnebre nos dias 1 e 2 de Novembro. No dia 1 comemoravam-se Todos-os-Santos, enquanto no dia 2 se festejavam os que já tinham partido, implorando-se pela salvação das suas almas. Eram dias grandes no calendário litúrgico, datas em que todos se reuniam nas igrejas e nos cemitérios para honrar os santos e todos os mortos. Tinham lugar cerimónias colectivas que procuravam agregar a comunidade em torno dos falecidos.

As Santas Casas promoviam cerimónias particulares de honra aos mortos, mas participavam também em actividades religiosas realizadas pelas igrejas das paróquias em que estavam inseridas.

No dia de Santos, as Misericórdias cuidavam para que a festa fosse digna, responsabilizando o seu capelão-mor por toda a cerimónia. Era celebrada uma missa com sermão e, após esta, era realizado um desfile ao cemitério (local onde também podia ser proferido o sermão), para rezar pelos que lá se encontravam e aspergir água benta sobre as sepulturas. Era o momento de invocar a memória de todos os que já tinham partido, levando os vivos a implorar pelos mortos. Nesta cerimónia, participavam todos os capelães da confraria e sempre muitos populares.

As cerimónias do dia seguinte eram mais singelas, mas integravam também uma missa com sermão.

Anualmente, nestes dois dias, os vivos realizavam, e realizam, uma festa fúnebre por todos os que já partiram. Implorava-se por todas as almas, quer estas tivessem parentes ou outras pessoas que as sufragassem ou estivessem totalmente desamparadas. Esperava-se que esta prática colectiva tivesse eficácia junto do Salvador. Simultaneamente, contribuía-se para a diminuição do medo da morte[24]. A urgência era maior, quando se desconhecia a data da morte. Era necessário agir

com prudência e preparar o dia da prestação de contas ao Criador. Com esta argumentação, a Igreja esforçava-se por agregar os crentes em torno dos mortos, e, simultaneamente, em muitas Misericórdias, a quadra dos Santos era associada à caridade, fazendo-se distribuição de esmolas pelos mais pobres. A caridade era parte integrante da festa dos mortos, constituindo uma manifestação em honra das almas idas.

A Santa Casa de Viana do Lima distribuía, no dia dos Fiéis de Deus, uma esmola aos pobres[25]. Esta prática era seguida em muitas destas confrarias, mas assumia formas diversificadas. A Santa Casa de Caminha realizava uma festa religiosa no dia de Todos-os-Santos. No dia seguinte, efectuava um peditório pela vila, em que recebia vinho, pescadas e bacalhaus, produtos posteriormente distribuídos aos pobres, ou vendidos, servindo o seu lucro para beneficiar os mais necessitados[26].

A Misericórdia de Ponte de Lima transformava a caridade que fazia no dia dos Fiéis Defuntos numa festa de caridade em favor dos mortos. Para além das celebrações religiosas que cumpria, estabeleceu como prioridade a dádiva de esmolas aos pobres, oferecendo-as em favor das almas sufragadas[27]. Ignoramos o início desta esmola e só temos conhecimento da sua existência a partir de 1633, através dos livros de receita e despesa, onde figura anualmente o rol dos esmolados[28], no dia dos Fiéis Defuntos.

As esmolas oferecidas no dia dos Fiéis de Deus, nesta Misericórdia, eram compostas por pão, carne e peixe, e alguns pobres eram beneficiados com dinheiro.

Desde 1633 que a Misericórdia de Ponte de Lima repartia, no dia dos Fiéis Defuntos, uma esmola constituída apenas por géneros alimentares: carne ou peixe e pão. Tratava-se de uma dádiva distribuída diferenciadamente, de acordo com o que a confraria entendia serem as necessidades dos pobres, o seu merecimento e as possibilidades institucionais. A partir de 1677, essa Misericórdia passou a aceitar o dinheiro como esmola e, desde 1680 até 1724, a ajuda foi constituída por pão, galinhas e dinheiro, limitando-se, após 1688, a pão e dinheiro. Foi, contudo, alterada a partir de 1724, passando a ser somente de pão, destinando-se o dinheiro apenas aos hospitaleiros «da Casa e Fora»[29].

No começo, as esmolas eram constituídas por pão, carne (vaca, carneiro e ou galinha) ou peixe (pescada e sardinhas). Alguns necessitados recebiam também ovos e vinho, mas estes casos foram muito limitados. Inicialmente, certos pobres eram beneficiados com dinheiro, embora este fosse reservado apenas para alguns, ou seja, para os «pobres da Casa». Contudo, ainda no século XVII, os pobres foram largamente favorecidos com esmolas em dinheiro, sobretudo a partir do momento em que a confraria recebeu mais legados e o seu cofre se encontrava mais fortalecido. A composição das esmolas estava sujeita ao estado das finanças da confraria. Quando as receitas o possibilitavam, oferecia-se uma esmola mais avantajada e o número de pobres alargava-se; quando não, ficava-se por uma expressão limitada e por uma esmola mais fraca.



Os pobres que integravam o rol eram «visitados» pelos confrades em suas casas, mas a instituição distribuía mais esmolas no «pátio da Casa», local onde se juntavam outros necessitados, que eram também beneficiados. Esta distribuição feita no pátio assume um significado completamente diferenciado do das restantes esmolas. Enquanto os primeiros eram protegidos da indiscrição alheia, uma vez que a esmola lhes era enviada a casa, a pobreza dos segundos era exposta publicamente. A esmola era-lhes dada perante os olhares de todos. A Misericórdia situava-se, e situa-se, no centro da vila, defronte do largo da igreja matriz, e uma das suas principais artérias passa-lhe à porta. Tudo o que se passava no pátio podia ser facilmente observado pelos transeuntes ou por quaisquer outros que desejassem assistir ao acto de entrega de esmolas. Bastava olhar. Não se pense, no entanto, que os que recebiam esmola em casa eram pobres envergonhados.

A oferta feita no dia dos Fiéis Defuntos não era direccionada apenas para os pobres. A confraria servia-se da ocasião para a enviar também aos seus serviçais. Para além dos pobres, o rol integrava ainda alguns assalariados da confraria, os quais encabeçavam a lista dos providos. Para estes, a esmola significava uma gratificação. A dádiva assumia uma forma de reconhecimento, que complementava o salário pago. Inicialmente, a lista integrava o procurador (irmão que não recebia salário), o médico, o cirurgião, os hospitaleiros (da Casa e de Fora), o mestre da capela e o capelão da Casa. Quando, por razões que se prendiam com o serviço hospitalar, serviam na enfermaria mais do que um cirurgião[30], enviavam-se também «as propinas», como se verificou em 1639, ano em que trabalhavam mais três cirurgiões no «Hospital da Casa»[31].

As esmolas enviadas eram, na maior parte, nominais; contudo, nem sempre o foram. Frequentemente, a dádiva era entregue para filhos e netos, normalmente em número não especificado, que se encontravam à guarda dos avós, ou sobrinhos ao encargo de tios. Era gente muito jovem, que a Misericórdia considerava incapaz de trabalhar e, por isso, não auto-suficiente.

Era também neste mês que D. Frei Caetano Brandão, arcebispo de Braga, mandava dar pequenas broas de pão e dinheiro, a mais de trezentos meninos da cidade[32].

A prática de celebrar os mortos através da oferta de comida estava enraizada na sociedade e vinha de tempos longínquos. Esta forma de homenagear os mortos tinha raízes ancestrais e adquiria várias modalidades. Embora estivesse em uso

durante o século XVIII, foi progressivamente desaparecendo, primeiro na cidade e só mais tarde no campo, como menciona Ana Cristina Araújo[33].

As esmolas alargavam-se, no dia dos Fiéis Defuntos, aos presos, sendo prática em muitas Santas Casas o envio de um jantar nesta ocasião, à semelhança, aliás, do que se fazia no dia de quinta-feira das Endoenças.

Com uma forte expressão no momento da morte e no enterro dos defuntos, e contribuindo para aliviar as almas dos que sofriam no Purgatório, as Misericórdias deram corpo a uma intensa acção de apoio aos mortos, com a celebração da morte, valorizando quer a ajuda espiritual, quer a material. Desta forma, contribuíam decididamente para que, ao longo da idade moderna, a morte marcasse uma fortíssima presença no quotidiano dos vivos, usufruindo de celebrações que lhe eram especialmente dedicadas.



## NOTAS

1 António Vieira (1908), «Sermão de Todos os Santos», *Sermões do Padre António Vieira*, vol. 9, Porto: Livraria Chardron, p. 38. Sermão celebrado pelo padre António Vieira, na igreja do convento de Odivelas, no dia de Todos-os-Santos, em 1644.

2 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* (1619), Lisboa: Pedro Craesbeeck, p. 48.

3 Veja-se para este assunto Philippe Ariès (1975), *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa: Teorema, pp. 35-115.

4 Consulte-se François Lebrun (1990), «As Reformas: Devoções comunitárias e piedade individual», *in* Philippe Ariès; Georges Duby, *História da Vida Privada: Do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto: Afrontamento, p. 90.

5 Maria Marta Lobo de Araújo (2005), «Rezar e cantar pelos vivos e pelos mortos: As Confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII», *Boletim Cultural de Vila Verde*, n.º 1, Vila Verde: Câmara Municipal de Vila Verde, pp. 223-256.

6 Confira-se em Maria Antónia Lopes (2000), *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu: Palimage, p. 119.

7 Veja-se, a propósito Maria Marta Lobo de Araújo (2007), «Rituais fúnebres nas Misericórdias portuguesas de Setecentos», *Forum*, n.º 41, pp. 6-10.

8 Algumas Misericórdias possuíam bandeiras especialmente dedicadas aos enterros.

9 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* (1619), Lisboa: Pedro Craesbeeck, pp. 48-49.

10 Para este assunto, consulte-se António Magalhães da Silva Ribeiro (2009), *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, 2.º vol., Braga: Universidade do Minho, pp. 778-779. Dissertação de doutoramento policopiada.

11 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* (1619), Lisboa, Pedro Craesbeeck, p. 49.

12 Veja-se a propósito Isabel dos Guimarães Sá (2001), *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 89-90.

13 Maria Marta Lobo de Araújo (2006), «Balanços de vidas, medos da morte e esperança na salvação: Os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (século XVIII)», *Cadernos de História*, vol. 8, n.º 9, Belo Horizonte: PUC Minas, pp. 29-47.

14 Consulte-se Ana Cristina Araújo (2000), «Morte», *in* Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 266.

15 A propósito da requisição destes bens para o funeral, veja-se Maria das Dores Silva Pereira (2008), *Entre Ricos e Pobres: A actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, p. 224.

16 Para um maior aprofundamento desta temática, consulte-se Maria Helena da Cruz Coelho (1992), «As confrarias medievais portuguesas: Espaços de solidariedade na vida e na morte», *Actas da XIX Semana de Estudios Medievales, Estella'92*, s.l. Gobierno de Navarra Departamento de Educación y Cultura, p. 183; Rute Maria Lopes Pardal (2003), *As Elites de Évora ao Tempo da Dominação Filipina: Estratégias de controle do poder local (1580-1640)*, Évora: Universidade de Évora, p. 103. Dissertação de mestrado policopiada.

17 Leia-se sobre esta matéria J. J. García Hourcade (1994), «Itinerarios de miseria (los pobres murcianos frente a los mecanismos asistenciales)», *Investigaciones Históricas*, 14, pp. 68-69; João Francisco Marques (2000), «Rituais e manifestações de culto», *in* Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 589.

18 Consulte-se para esta problemática Maria de Lurdes Rosa (2000), «A religião no século: Vivências e devoções dos leigos», *in* Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 1, p. 460.

19 Sobre a relação entre o prestígio das instituições de caridade e a recepção de legados, confira-se Sandra Cavallo (1995), *Charity and Power in Early Modern Italy. Benefactors and their motives in Turin 1541-1799*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 109-110.

20 Ana Cristina Araújo (2001), «Despedidas triunfais – Celebração da morte e cultos de memória no século XVIII», *in* István Jancsó; Iris Kantor (orgs.), *Festa. Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, pp. 17-32.

21 Consulte-se Jacques Le Goff (1991), *O Nascimento do Purgatório*, Lisboa: Estampa, pp. 25-44.

22 Leia-se Georges Minois (1997), *História dos Infernos*, Lisboa: Teorema, pp. 209-213.

23 Acerca dos intercessores junto de Deus, leia-se Ana Cristina Araújo (1997), *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa: Editorial Notícias, pp. 319-349; Laurinda Faria dos Santos Abreu (1999), *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu: Palimage Editores, p. 95.

24 Sobre esta problemática, consulte-se José Mattoso (1989), «O culto dos mortos no fim do século XI», pp. 79-83; Maria José Pimenta Tavares Ferro (1991), *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa: Editorial Presença, pp. 75-100.

25 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despeza*.

26 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Livro de Receyta e Despeza 1616-1626*, fl. 42v.

27 Veja-se Jacques Depauw (1999), *Spiritualité et pauvreté a Paris au XVII^e siècle*, Paris: Histoire Éditions, pp. 83-84.

28 Estes róis eram listas com os nomes dos pobres que recebiam regularmente esmola da Santa Casa.

29 A Misericórdia administrava nesta altura dois hospitais: o da «Casa» e o de «Fora».

30 Estas ocasiões eram excepcionais, uma vez que a Misericórdia tinha apenas um cirurgião como assalariado.

31 Principal unidade de cuidados de saúde da confraria. Sobre os cirurgiões beneficiados, conferir Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte Lima, *Livro de Receita e Despeza 1639-40*, n.º 455B, não paginado. Presume-se que a integração de tantos cirurgiões esteve relacionada com o aumento de serviço da enfermaria.

32 Confira-se José Paulo Abreu (1997), *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: O reformador contestado*, Braga: Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia de Braga e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 146.

33 Veja-se para este assunto Ana Cristina Araújo (2000), «Morte», *in* Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 267.